



COMUNICADO DA L.U.A.R.

A Comissão Política da L.U.A.R. tem analisado profundamente a situação actual do nosso país.

Nessa medida, consideramos extremamente grave que o P.S., continuando a explorar o caso República, tenha saído do Governo como forma de pressão, precipitando as contradições de maneira muito mais profunda, contribuindo, assim, objectivamente, para o reforço da acção das forças reaccionárias, nacionais e internacionais.

Na verdade, sabendo-se que o P.S. quando da discussão da Lei de Imprensa vigente se côs a ela, na base de uma proposta que precisamente defendia a participação dos trabalhadores na orientação política dos jornais, não deixa de ser significativo que agora se venha a apoiar nessa Lei, para emploar o conflito - político sem dúvida - dando ocasião a que a nível internacional, se desencadeie uma cruzada da burguesia social-democrata e outra, contra Portugal e o processo revolucionário em curso.

Pelos vistos o pretexto continua a ser explorado até à exaustão e veio agora, novamente, fundamentar uma decisão que vai contra os interesses dos trabalhadores em geral e também daquelas que honestamente aderiram ao P.S. pelo seu programa claramente progressista.

Que estes últimos acontecimentos sirvam para que, os que no seio do P.S. realmente lutam pelo fim da exploração do homem pelo homem e por uma sociedade socialista e sem classes, tomem consciência da natureza real da política antipopular praticada pela direcção existente e lutem pela transformação radical da prática desse partido.

Como já fizemos notar em anterior documento, consideramos que para que seja possível concretizar o projecto delineado pela Assembleia do M.F.A. - criar um real poder popular, construir o socialismo e reístitir à avançada reaccionária que surge e se desenvolve - torna-se necessário resolver a questão do poder de Estado, na medida em que se torna possível, com o actual Governo de coligação, dar as respostas necessárias às questões que nascem da situação política, económica e social que estamos vivendo.

Nesta ordem de ideias, consideramos que se torna urgente afastar do poder um partido como o P.P.D., dissolver de uma vez por todas, partidos reaccionários como o C.D.S. e o P.D.C. e constituir um Governo Revolucionário e Popular de que deverão fazer parte movimentos revolucionários, partidos de base operária e representantes de organizações significativas de poder popular. Pensamos que um P.S. disposto realmente a construir o socialismo e a lutar pelos interesses de operários e camponeses não poderá estar ausente deste Governo.

Mas o P.S. saiu do Governo. A sua direcção assume, desta forma, uma responsabilidade histórica considerável, da qual os seus militantes e a classe operária e camponesa deverão pedir contas.

Como é detectável através das diversas reacções e campanhas desencadeadas internacionalmente, a contra-revolução vai tentar sufocar e interromper a caminhada da classe trabalhadora pelo derrube total do capitalismo em Portugal. Hesitações, ambiguidades, recuos, neste momento só virão favorecer essas forças e facilitar a sua acção.

Medidas económicas e sociais deverão acompanhar as de carácter político que apontámos em linhas gerais. De uma forma planificada e coerente, expresse em termos concretos e perceptíveis pelas massas.

Na verdade, não se convencerá ninguém a aceitar conscientemente regras de austeridade que se imporão, se se permitirem desniveis escandalosos nas remunerações do trabalho criando um fosso de privilégios entre os que trabalham na fábrica e os que, por exemplo, dizem defender os seus interesses nos ministérios, Isto para abordar um simples aspecto de toda uma complexa gama de problemas que aqui não se poderão focar.

Situamo-nos numa fase decisiva da revolução portuguesa, os campos da burguesia e do operariado estão-se delimitando mais do que nunca, tudo há agora a ganhar ou a perder.

Assim, face à avançada reaccionária e imperialista que semeia a violência em Angola e que atinge também o nosso país; face às acções reaccionárias que recentemente tiveram lugar em Aveiro e Rio Maior; face aos plenários de industriais, comerciantes e construtores civis que significam manifestamente uma reorganização decisiva dos possidentes e exploradores do povo português; a L.U.A.P. apela para a vigilância e organização dos operários, camponeses, soldados, marinheiros e oficiais revolucionários e manifesta mais uma vez a sua decisão de, por todos os modos lutar pela defesa das conquistas obtidas e pelo socialismo.

VIVA O PODER POPULAR!

VIVA O SOCIALISMO!

Lisboa, 14 de Julho de 1975.

Comissão Política e Executiva
Nacional